

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CONSTRUÇÃO

“O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em conformidade nos artigos 6º, inciso XX, e 18, § 1º da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.”

DADOS DO ÓRGÃO SOLICITANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO

GERÊNCIA DE ENGENHARIA E ASSESSORIA TÉCNICA.

DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

APOIO TÉCNICO: Gerência de Engenharia - VANDREO G. AGUIAR BARROS
(Responsável Técnico CREA/CAU: 951993/2023)

ENDEREÇO: Rua Trinta e Um de Março, Nº 300.

BAIRRO: Vista Alegre.

CIDADE: Careiro/AM.

UF: Amazonas/AM.

CEP: 69.250.000.

NECESSIDADE DO ÓRGÃO REQUISITANTE: Contratação de Empresa Especializada para a Execução de Serviços de Obras de Construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I – “Arthur Virgílio Nogueira”, localizada na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira.

BDI – Bônus e Despesas Indiretas.

SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas.

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

CAU/CREA – Registro do profissional responsável (arquitetura e engenharia).

INMETRO – Instituto Nacional de Medidas.

MS – Ministério da Saúde.

NBR – Norma Brasileira.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

“Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021”.

A atual Unidade Básica de Saúde Artur Virgílio, localizada na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM, encontra-se em condições estruturais inadequadas, apresentando limitações que comprometem o pleno funcionamento dos serviços de Atenção Primária à Saúde – APS.

A edificação existente apresenta desgastes físicos significativos, espaço físico reduzido, ausência de acessibilidade adequada, bem como dificuldades para a implantação e o funcionamento de serviços essenciais exigidos pelas normativas do Ministério da Saúde, tais como ambientes climatizados, salas independentes para acolhimento, imunização, procedimentos, atendimentos clínicos e atividades de saúde bucal, prejudicando a organização dos fluxos assistenciais e a qualidade do atendimento prestado à população.

Considerando a importância estratégica da UBS Artur Virgílio no atendimento à população ribeirinha da região do Mamori, bem como sua abrangência territorial, que contempla diversas comunidades de difícil acesso, torna-se imprescindível assegurar a continuidade, a ampliação e a qualificação dos serviços de saúde, garantindo atendimento com qualidade, dignidade, segurança e resolutividade.

Adicionalmente, o crescimento populacional da área, aliado à necessidade de adequação aos padrões estruturais, sanitários e funcionais estabelecidos pela Portaria nº 2.436/2017, que institui a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, reforça a urgência da substituição da unidade existente por uma nova estrutura física, moderna, funcional e compatível com os parâmetros técnicos vigentes.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de obras de construção de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, denominada “Arthur Virgílio Nogueira”, mostra-se necessária, oportuna e de relevante interesse público, estando alinhada às políticas públicas de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, às ações previstas no Programa de Aceleração do

Crescimento – Novo PAC, bem como aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE:

A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA é a área requisitante da presente contratação, sendo responsável pela gestão, coordenação e execução das políticas públicas de saúde no âmbito do Município de Careiro/AM, bem como pela identificação das necessidades relacionadas à ampliação, qualificação e manutenção da rede de Atenção Primária à Saúde.

Compete à Secretaria Municipal de Saúde a definição da demanda assistencial, a indicação das diretrizes funcionais da unidade a ser construída, a validação dos ambientes e fluxos operacionais da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, além do acompanhamento da execução da obra quanto à adequação às necessidades do serviço de saúde e às normas técnicas e sanitárias vigentes.

ÁREA/ÓRGÃO REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Saúde	Aurimar do Socorro Simões Tavares
Apoio Técnico: Gerência de Engenharia e Assessoria Técnica VANDREO G. AGUIAR BARROS (Responsável Técnico CREA/CAU: 951993/2023)	

Como apoio técnico especializado, atua a Gerência de Engenharia e Assessoria Técnica, unidade responsável por subsidiar tecnicamente o processo de planejamento da contratação, incluindo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, análise de viabilidade, definição da solução construtiva, compatibilização de projetos, estimativa de custos, bem como o acompanhamento técnico da execução contratual.

A atuação integrada entre a área requisitante e o apoio técnico assegura que a contratação esteja devidamente alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, à Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, às normas técnicas da ABNT, às exigências do Ministério da Saúde e aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução.
(Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021”.

A presente contratação tem como finalidade a execução integral das obras de construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, denominada “Arthur Virgílio Nogueira”, compreendendo serviços preliminares, implantação de canteiro de obras, execução de fundações, estrutura, vedações, coberturas, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, acabamentos, urbanização do entorno, bem como a adequação integral às normas de acessibilidade vigentes.

A realização da obra é essencial para o Município de Careiro/AM, pois visa garantir a melhoria da infraestrutura da rede municipal de saúde, proporcionando melhores condições de atendimento à população e de trabalho aos profissionais da saúde, especialmente diante das atuais condições estruturais inadequadas da unidade existente, que comprometem a oferta de serviços essenciais de Atenção Primária à Saúde.

A seguir, apresentam-se os requisitos essenciais da contratação, abrangendo a modalidade de licitação, o regime de execução, a habilitação técnica e as obrigações das partes, de modo a assegurar que a obra seja executada com eficiência, segurança e integral conformidade legal:

3.1. Modalidade e Regime de Execução:

- a) A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço global, em estrita observância ao disposto nos arts. 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção dessa modalidade justifica-se em razão do porte da obra, da complexidade técnica envolvida, do valor estimado da contratação e da necessidade de assegurar ampla competitividade entre empresas devidamente qualificadas, garantindo julgamento econômico adequado, além da observância dos princípios da isonomia, transparência, legalidade e segurança jurídica do certame.
- b) O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, conforme previsto no inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo qual a contratada assumirá a responsabilidade integral pela execução da obra, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, insumos, transporte, bem como o cumprimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos necessários à completa e adequada execução do objeto.
- c) Os serviços objeto da contratação caracterizam-se como obras de engenharia, consistindo na construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, denominada “Arthur Virgílio Nogueira”, abrangendo, dentre outros, serviços preliminares, implantação do canteiro de obras, execução de fundações, estrutura, vedações, cobertura, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, acabamentos, adequações de acessibilidade, urbanização do entorno e demais serviços necessários à plena funcionalidade da edificação, em conformidade com o projeto executivo, especificações técnicas, normas da ABNT, diretrizes do Ministério da Saúde, da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB e demais exigências legais aplicáveis.

3.2. Requisitos de Habilitação Técnica:

- a) Os interessados deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentando documentação completa que demonstre capacidade técnica, operacional e profissional, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar que a empresa possua experiência e estrutura adequadas para a execução da obra.

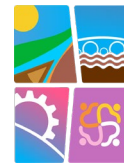
3.2.1. Certificação da Pessoa Jurídica:

- a) Comprovação de registro ativo e regular da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU,



SEMSA

Secretaria Municipal
de Saúde



Prefeitura Municipal de
CAREIRO
O TRABALHO MOVE A TRANSFORMAÇÃO

compatível com o objeto da contratação, assegurando a legalidade e a habilitação técnica da pessoa jurídica para a execução de obras de engenharia civil;

- b) Apresentação de atestados de capacidade técnica, devidamente emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de obras de engenharia de porte e complexidade semelhantes à construção de Unidade Básica de Saúde ou edificações de natureza similar, demonstrando a aptidão da empresa para gerir, executar e concluir o objeto contratado;
- c) Os atestados deverão conter, no mínimo, informações relativas ao objeto executado, período de execução, local da obra, quantitativos ou características relevantes, bem como a identificação do emitente, permitindo a verificação da compatibilidade técnica com o objeto da licitação.

3.2.2. Certificação da Pessoa Física (Qualificação Técnico-Profissional):

- a) Apresentação de registro ativo e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de todos os profissionais técnicos diretamente envolvidos na execução da obra, assegurando que a condução técnica dos serviços seja realizada por profissionais legalmente habilitados;
- b) Indicação obrigatória de pelo menos um engenheiro civil ou arquiteto e urbanista como responsável técnico principal pela obra, o qual deverá acompanhar, orientar e supervisionar a execução dos serviços, bem como assinar as medições, relatórios técnicos e demais documentos técnicos relacionados à execução contratual;
- c) Apresentação da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme o caso, antes do início da execução dos serviços, em conformidade com a legislação profissional vigente.

3.2.3. Capacidade Operacional da Empresa:

- a) Apresentação de atestados de capacidade técnica operacional, referentes a obras concluídas ou em andamento, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a soma de atestados para fins de comprovação dos quantitativos ou características mínimas exigidas, desde que compatíveis com o objeto da contratação;
- b) Os atestados deverão demonstrar a capacidade da empresa em planejar, gerenciar e executar obras de engenharia de porte e complexidade semelhantes, evidenciando o cumprimento de prazos, a adoção de boas práticas construtivas e a entrega de serviços com qualidade, segurança, desempenho e conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis;
- c) Poderá ser exigida, quando pertinente, a comprovação da disponibilidade de equipe técnica mínima, equipamentos e estrutura operacional compatíveis com a execução da obra, de forma a assegurar a adequada execução do objeto contratado.

3.2.4. Capacidade Profissional do Responsável Técnico:

- a) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, ou documento equivalente legalmente aceito, que comprove a experiência do responsável técnico em obras de engenharia de características, porte e complexidade



semelhantes ao objeto da contratação, especialmente edificações públicas ou unidades de saúde;

- b) O responsável técnico indicado deverá demonstrar conhecimento técnico e experiência prática suficientes para supervisionar, orientar e acompanhar a execução da obra, assegurando a conformidade com os projetos executivos, normas técnicas da ABNT, diretrizes do Ministério da Saúde, padrões de qualidade, segurança do trabalho e exigências contratuais;
- c) Caberá ao responsável técnico garantir a correta execução dos serviços, a adoção de soluções técnicas adequadas e o atendimento às determinações da fiscalização da Administração.

3.2.5. Vínculo Empregatício:

- a) Comprovação formal do vínculo empregatício, societário ou contratual de cada profissional técnico indicado, por meio de documentação idônea, ou, alternativamente, apresentação de declaração formal de contratação futura, comprometendo-se a empresa a manter os profissionais vinculados durante toda a execução da obra;
- b) Eventuais substituições de profissionais técnicos somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa aprovação da fiscalização da Administração, devendo os profissionais substitutos possuir qualificação técnica e experiência iguais ou superiores às do profissional substituído, de forma a assegurar a continuidade dos serviços e a manutenção do padrão técnico exigido;
- c) É vedada a utilização de um mesmo profissional técnico para comprovação de vínculo ou qualificação em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação, visando preservar a lisura do certame, a isonomia entre os concorrentes e a efetiva disponibilidade técnica dos profissionais indicados.

3.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A empresa vencedora do certame, doravante denominada **CONTRATADA**, obriga-se, além do fiel cumprimento das disposições legais aplicáveis e das condições estabelecidas no edital, no contrato e em seus anexos, a observar integralmente as responsabilidades a seguir descritas, de modo a assegurar a correta execução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, o atendimento aos prazos pactuados, a qualidade técnica dos serviços e a preservação do interesse público.

3.3.1. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, garantindo a qualidade, eficiência, regularidade e conformidade técnica da obra, respondendo por quaisquer danos materiais, ambientais, patrimoniais ou morais decorrentes de falhas, vícios, erros ou irregularidades na execução, que sejam causados direta ou indiretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que comprovadamente imputáveis à sua atuação ou omissão.

3.3.2. Fornecer ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, todas as informações, dados técnicos, relatórios, medições, documentos e esclarecimentos pertinentes à execução da obra, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a assegurar a transparência, o controle técnico-administrativo e a plena fiscalização contratual.

3.3.3. Manter sigilo absoluto, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, sobre quaisquer informações, documentos, projetos, especificações técnicas, estudos ou dados de natureza estratégica do **CONTRATANTE** ou de terceiros, aos quais venha a ter acesso em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada sua divulgação,

reprodução ou utilização para fins diversos daqueles estritamente necessários ao cumprimento do contrato.

3.3.4. Manter quadro de pessoal suficiente, qualificado e devidamente capacitado, incluindo profissionais legalmente habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, evitar paralisações indevidas e cumprir o cronograma físico-financeiro, independentemente de férias, ausências, licenças, rescisões contratuais ou quaisquer outras intercorrências, sujeitando-se, em caso de descumprimento, às sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

3.3.5. Proceder à substituição imediata, sempre que solicitado pela fiscalização do **CONTRATANTE**, do preposto, do responsável técnico ou de qualquer outro profissional que atue em desacordo com as disposições contratuais, normas técnicas, exigências legais ou que, de qualquer forma, comprometa a regularidade, a qualidade, a segurança ou o andamento da execução da obra, devendo a substituição ocorrer por profissional de qualificação técnica equivalente ou superior

3.3.6. Executar todos os serviços em estrita conformidade com o contrato, o projeto básico e/ou executivo, o memorial descritivo, as especificações técnicas, o cronograma físico-financeiro e demais documentos e anexos que integram o processo licitatório, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as determinações da fiscalização.

3.3.7. Cumprir integralmente e sem atrasos os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, bem como aqueles previstos nos demais instrumentos da contratação, adotando, às suas expensas, todas as medidas administrativas, técnicas e operacionais necessárias ao fiel cumprimento dos prazos pactuados.

3.3.8. Manter atualizados e plenamente operacionais os meios de comunicação informados ao **CONTRATANTE**, garantindo comunicação eficaz, contínua e tempestiva durante toda a execução contratual, inclusive para o atendimento de solicitações, notificações e determinações da fiscalização.

3.3.9. Disponibilizar, por sua exclusiva conta e risco, todas as ferramentas, equipamentos, máquinas, insumos, materiais e recursos humanos necessários à execução dos serviços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, as especificações técnicas, as normas da ABNT, as exigências do INMETRO, quando aplicáveis, e demais condições previstas no contrato e em seus anexos.

3.3.10. Manter, em local visível e de fácil acesso no canteiro de obras, especialmente nas áreas de execução dos serviços, os projetos atualizados, memoriais descritivos, cadernos de encargos, ARTs/RRTs, alvarás, licenças, autorizações e demais documentos técnicos e legais, devidamente vigentes, à disposição da fiscalização do **CONTRATANTE** e dos órgãos de controle, sempre que solicitado.

3.3.11. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos e despesas relacionados ao fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos e demais insumos necessários à execução do contrato, desde o início dos serviços até o recebimento definitivo do objeto, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, cobrança adicional ou pleito financeiro não previsto contratualmente.

3.3.12. Responder, de forma exclusiva, por todos os custos decorrentes da execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a, salários, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais, não cabendo ao

CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, nos termos da legislação vigente.

3.3.13. Arcar integralmente com as responsabilidades civis, trabalhistas, previdenciárias e securitárias decorrentes de acidentes de trabalho, danos pessoais ou materiais, ou quaisquer outros fatos relacionados direta ou indiretamente à execução da obra, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer ônus, encargos ou reclamações.

3.3.14. Adotar, sempre que tecnicamente viável, critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, incorporando práticas construtivas que promovam a redução de desperdícios, o uso eficiente de materiais e energia, a gestão adequada dos resíduos da construção civil e o uso racional dos recursos naturais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às obras públicas e à legislação ambiental vigente.

3.3.15. Providenciar, junto ao CREA ou CAU, todas as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs necessários, abrangendo todas as especialidades envolvidas na execução da obra, bem como realizar a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO, observados os prazos legais e contratuais, sob pena de retenção dos pagamentos das medições, conforme previsto no contrato.

3.3.16. Cumprir rigorosamente todos os Códigos, Leis, Decretos, Portarias, Normas Técnicas e Regulamentos de âmbito federal, estadual e municipal, bem como as normas e exigências das concessionárias de serviços públicos e das entidades reguladoras aplicáveis à execução do objeto contratual, respondendo integralmente por quaisquer penalidades decorrentes de seu descumprimento.

3.3.17. Executar integralmente todos os serviços previstos no projeto básico e/ou executivo, no memorial descritivo e nas demais peças técnicas que integram a contratação, assegurando que a obra seja concluída em estrita conformidade com as especificações técnicas, os métodos construtivos previstos, as normas da ABNT e os padrões de qualidade e desempenho exigidos.

3.3.18. Manter, durante toda a execução contratual, profissional técnico legalmente habilitado, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU e previamente aceito pelo CONTRATANTE, responsável por acompanhar e supervisionar a execução da obra, emitir e assinar orientações e relatórios técnicos, atestar medições, responder por eventuais ajustes técnicos necessários e assumir a responsabilidade integral pelos aspectos técnicos relacionados à execução do objeto.

3.3.19. Manter as áreas de trabalho, canteiro de obras e entorno permanentemente limpos, organizados e seguros, cumprindo rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NRs, assegurando o fornecimento, uso e fiscalização de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como a adoção de medidas de proteção coletiva, visando à preservação da integridade física dos trabalhadores, da população, da fiscalização e do patrimônio público.

3.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, além do cumprimento das disposições legais e das condições estabelecidas no contrato e em seus anexos, obriga-se a observar integralmente as responsabilidades a seguir descritas, de modo a assegurar condições administrativas,

técnicas e operacionais adequadas para a execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, bem como a efetiva fiscalização do cumprimento contratual.

3.6.1. Promover todas as condições administrativas, técnicas e operacionais necessárias à execução do contrato, assegurando que as etapas da obra sejam realizadas de forma regular, contínua e ordenada, sem entraves imputáveis à Administração que possam comprometer o andamento dos serviços, viabilizando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

3.6.2. Assegurar, quando necessário, o livre acesso das pessoas devidamente credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais de execução da obra, permitindo a entrada, permanência e circulação de pessoal, materiais, equipamentos e veículos, desde que previamente autorizados e identificados, observadas as normas de segurança e sem prejuízo à normalidade das atividades da Administração Pública.

3.6.3. Providenciar a publicação do extrato do contrato e de seus eventuais aditivos no órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Município, assegurando a publicidade e a transparência dos atos administrativos, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal e com a Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.4. Controlar e acompanhar toda a execução do contrato por meio de fiscalização formalmente designada, exercendo o poder-dever de fiscalização, com vistas à verificação do cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações contratuais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, administrativos, trabalhistas, previdenciários, ambientais e de segurança do trabalho pertinentes à execução da obra.

3.6.5. Designar gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento sistemático da execução, atuando como elo entre a Administração Pública e a **CONTRATADA**, competindo-lhe emitir orientações, receber e analisar informações, registrar ocorrências, propor medidas corretivas e assegurar o cumprimento rigoroso das disposições contratuais e da legislação aplicável.

3.6.6. Disponibilizar à **CONTRATADA** todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças, autorizações e instruções complementares indispensáveis à execução da obra, assegurando que os serviços sejam realizados com base em informações claras, completas, atualizadas e tecnicamente adequadas, em conformidade com os padrões exigidos.

3.6.7. Fiscalizar a execução dos serviços por meio de representante técnico legalmente habilitado, com competência para verificar a conformidade de cada etapa da obra com o Projeto Básico, o Memorial Descritivo e as demais peças técnicas, determinando a correção de eventuais falhas, exigindo as regularizações necessárias e submetendo à autoridade superior as decisões que extrapolem sua competência fiscalizatória.

3.6.8. Emitir Ordem de Serviço com antecedência mínima de cinco (5) dias consecutivos da data prevista para o início da execução da obra, possibilitando à **CONTRATADA** a adequada mobilização de pessoal, equipamentos, máquinas e materiais necessários ao início regular dos serviços.

3.6.9. Analisar, por meio da Equipe de Fiscalização formalmente designada, os Boletins de Medição Mensais apresentados pela **CONTRATADA**, verificando a efetiva execução dos serviços, a conformidade dos quantitativos executados, o atendimento às especificações

técnicas e às condições contratuais, com vistas à validação dos valores para pagamento, mediante as assinaturas do responsável técnico da **CONTRATADA** e do fiscal designado pela **CONTRATANTE**.

3.6.10. Fiscalizar o andamento da execução da obra, com ênfase no cumprimento dos prazos e dos marcos contratuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, acompanhando o desempenho da **CONTRATADA** e determinando, quando necessário, os ajustes e correções cabíveis. A **CONTRATANTE** poderá, quando justificada por necessidade pública devidamente motivada, promover readequações no cronograma, desde que observados os limites legais e contratuais, sem prejuízo à qualidade, segurança e regularidade da obra.

Dessa forma, os dispositivos acima estabelecem os **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**, definindo de maneira clara, objetiva e fundamentada as condições técnicas, legais, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, assegurando o cumprimento das obrigações pelas partes, a correta fiscalização contratual e a execução dos serviços em estrita conformidade com a legislação vigente, os projetos, os memoriais descritivos e as especificações técnicas que integram a contratação.

4. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

“Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado capazes de suprir a demanda da Administração Pública, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica, operacional, legal e de interesse público, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1. Manutenção e Reforma da Unidade Existente: Uma das alternativas analisadas consistiu na manutenção corretiva ou reforma da atual Unidade Básica de Saúde, com adequações pontuais em sua estrutura física. Contudo, essa alternativa mostrou-se tecnicamente limitada e economicamente desvantajosa, em razão do estado avançado de deterioração da edificação, das restrições de espaço físico, da ausência de acessibilidade adequada e da impossibilidade de adequação integral às exigências estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica – PNAB e pelas normativas do Ministério da Saúde. Além disso, intervenções dessa natureza tenderiam a gerar custos elevados, interrupções prolongadas dos serviços de saúde e vida útil reduzida, não atendendo de forma satisfatória às necessidades atuais e futuras da população atendida.

4.2. Ampliação da Estrutura Existente: A alternativa de ampliação da unidade atual, com acréscimo de ambientes e adequações estruturais, também foi considerada. Entretanto, verificou-se a inviabilidade técnica dessa solução, em virtude das limitações do terreno disponível, da necessidade de reforços estruturais significativos e da dificuldade de manter

o funcionamento da unidade durante a execução das obras, o que comprometeria a continuidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

4.3. Construção de Nova Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I: A alternativa de construção de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, em conformidade com os projetos padronizados e diretrizes do Ministério da Saúde, mostrou-se a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

Essa alternativa permite a implantação de uma edificação moderna, funcional, acessível e plenamente compatível com as exigências da PNAB, assegurando ambientes adequados, fluxos assistenciais eficientes, melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde e atendimento digno e seguro à população, além de apresentar maior durabilidade, menor custo de manutenção ao longo do tempo e plena aderência às políticas públicas de saúde.

4.4. Contratação Integrada ou Semi-Integrada: Foi analisada, ainda, a possibilidade de adoção de contratação integrada ou semi-integrada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Todavia, considerando que o Município dispõe de projeto básico definido, bem como a necessidade de maior controle técnico e orçamentário da obra, concluiu-se que essa alternativa não se mostra a mais vantajosa para o caso concreto.

Após a análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a construção de nova Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, mediante contratação de empresa especializada por meio de licitação na modalidade concorrência, apresenta-se como a alternativa mais viável, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública, atendendo plenamente ao interesse público e às exigências legais e normativas vigentes.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

“Fundamentação: Descrição da Solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

A solução proposta consiste na implantação de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, denominada “Arthur Virgílio Nogueira”, a ser construída na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM, com a finalidade de substituir a atual edificação existente, cuja condição estrutural, funcional e normativa se mostra insuficiente para atender, de forma adequada e contínua, às demandas da Atenção Primária à Saúde da população local.

A solução adotada fundamenta-se na construção de uma edificação definitiva, moderna e plenamente funcional, projetada em conformidade com os parâmetros técnicos e assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Política Nacional de Atenção Básica – PNAB (Portaria nº 2.436/2017), pelas normas técnicas da ABNT, pelas exigências legais de acessibilidade, bem como pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sob os aspectos técnico, operacional e econômico, a construção de uma nova unidade apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, por permitir a adequada organização dos ambientes, a correta definição dos fluxos assistenciais, a ampliação da capacidade de

atendimento, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde e a redução de custos futuros com manutenções corretivas, garantindo maior vida útil à edificação e melhor aplicação dos recursos públicos.

A solução como um todo visa assegurar a entrega de uma unidade de saúde segura, acessível, eficiente e compatível com as necessidades atuais e futuras da população ribeirinha da região do Mamori, fortalecendo a rede municipal de Atenção Primária à Saúde e contribuindo diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde do Município de Careiro/AM.

5.1. ESCOPO DETALHADO DA SOLUÇÃO: O escopo detalhado da solução compreende a execução integral das obras de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, abrangendo todos os serviços, fornecimentos, materiais, equipamentos, mão de obra especializada e atividades técnicas necessárias à entrega da edificação totalmente concluída, em pleno funcionamento e em condições adequadas de uso, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos que integram a contratação.

Integram o escopo da contratação, de forma completa e indissociável:

- a) Serviços preliminares, compreendendo mobilização e desmobilização, implantação e organização do canteiro de obras, instalações provisórias, sinalização, locação da obra, preparação e regularização do terreno;
- b) Execução da infraestrutura e superestrutura, incluindo fundações, estrutura, vedações verticais e horizontais, cobertura e demais elementos construtivos previstos em projeto, garantindo estabilidade, segurança e desempenho estrutural;
- c) Serviços de arquitetura e acabamentos, contemplando alvenarias, revestimentos internos e externos, pisos, forros, impermeabilizações, esquadrias, pinturas, sinalizações e acabamentos finais, observando padrões de qualidade, durabilidade e desempenho;
- d) Instalações prediais completas, abrangendo sistemas elétricos, iluminação, tomadas, aterramento, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, instalações hidrossanitárias, drenagem, climatização, ventilação e infraestrutura para dados, comunicação e demais sistemas previstos em projeto;
- e) Adequações de acessibilidade e segurança, com implantação de rotas acessíveis, rampas, corrimãos, sanitários adaptados, sinalização tátil e visual, eliminação de barreiras arquitetônicas e atendimento às normas de segurança e prevenção;
- f) Serviços complementares e urbanização do entorno, incluindo acessos, calçadas, áreas externas, drenagem superficial, paisagismo quando previsto e integração da edificação ao espaço urbano;
- g) Gestão ambiental da obra, compreendendo o correto manejo e destinação dos resíduos da construção civil, adoção de práticas sustentáveis e mitigação de impactos ambientais;
- h) Limpeza final, testes, ajustes e comissionamento, assegurando o pleno funcionamento de todos os sistemas implantados;

- i) Entrega da obra em plenas condições de uso, acompanhada de toda a documentação técnica e legal, incluindo ARTs/RRTs, certificados, manuais, registros e demais documentos necessários ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

O escopo detalhado da solução assegura que todas as etapas necessárias à implantação da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira” sejam devidamente contempladas, desde os serviços preliminares até a entrega final da obra em plenas condições de funcionamento, garantindo a qualidade técnica, a funcionalidade da edificação, a segurança dos usuários e profissionais, a acessibilidade universal e a conformidade integral com os projetos, especificações técnicas e legislação vigente. Dessa forma, a solução proposta viabiliza a adequada prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde, assegura a efetividade do investimento público e atende plenamente ao interesse público, aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

“Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

A estimativa das quantidades necessárias à execução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira” foi elaborada com base no projeto básico e/ou executivo, no memorial descritivo, nas planilhas orçamentárias, bem como em levantamentos técnicos realizados pela equipe de engenharia, observando-se as normas técnicas da ABNT, as diretrizes do Ministério da Saúde e as boas práticas de engenharia pública.

As quantidades estimadas contemplam todos os serviços, materiais, insumos, equipamentos e atividades indispensáveis à execução integral da obra, abrangendo, dentre outros, os serviços preliminares, infraestrutura, superestrutura, arquitetura, instalações prediais, acessibilidade, urbanização do entorno e serviços complementares, de forma a assegurar a entrega da edificação em plenas condições de uso.

Ressalta-se que as quantidades foram apuradas de forma criteriosa e compatível com as dimensões, características técnicas e funcionalidade da UBS Porte I, refletindo a real necessidade da Administração Pública para atendimento da demanda identificada, evitando tanto a superestimação quanto a subestimação dos quantitativos.

Quadro Resumo da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
01	Construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I – “Arthur Virgílio Nogueira”, localizada na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM.	Serv.	01

As principais quantidades estimadas para a execução da obra são as seguintes:

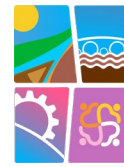
6.1. Serviços Preliminares e Indiretos:

- Tapume metálico para isolamento do canteiro: 330,00 m²



SEMSA

Secretaria Municipal
de Saúde



Prefeitura Municipal de
CAREIRO
O TRABALHO MOVE A TRANSFORMAÇÃO

- Placa de identificação da obra: 6,00 m²
- Barracão de apoio ao canteiro: 10,00 m²
- Mobilização e desmobilização de canteiro: 01 unidade
- Administração local da obra: 06 meses

6.2. Infraestrutura e Fundações:

- Locação convencional da obra: 125,00 m
- Escavações mecanizadas e manuais para fundações: quantitativos conforme projeto estrutural
- Radier em concreto armado (base de reservatório): 6,25 m²

6.3. Estrutura em Concreto Armado

- Concretagem de vigas e lajes (Fck = 30 MPa): 32,80 m²
- Lajes pré-fabricadas em EPS:
- LT 12: 93,94 m²
- LT 16: 358,88 m²
- LT 20: 28,18 m²
- Armação em aço CA-50 (diversos diâmetros): aproximadamente 750 kg

6.4. Alvenaria, Vedações e Divisórias:

- Alvenaria de vedação em blocos cerâmicos (9 cm e 14 cm): conforme áreas levantadas em projeto
- Divisórias internas e fechamentos técnicos: quantitativos conforme projeto arquitetônico

6.5. Revestimentos e Acabamentos:

- Chapisco em paredes internas e externas: 1.453,38 m²
- Emboço/massa única em paredes internas: 1.375,61 m²
- Revestimento cerâmico em paredes (altura total): 110,00 m²
- Piso em concreto e passeios externos: 393,44 m²

6.6. Esquadrias:

- Portas de madeira, alumínio e metálicas: quantidades conforme tipologia dos ambientes.
- Janelas de alumínio tipo maxim-ar e demais modelos: quantitativos conforme projeto.

6.7. Instalações Hidrossanitárias:

- Tubulações em PVC para água fria, esgoto e drenagem: mais de 500 metros lineares, em diversos diâmetros
- Louças sanitárias:
- Vasos sanitários com caixa acoplada: 6 unidades
- Lavatórios com coluna: 13 unidades
- Cubas e tanques diversos: 11 unidades
- Metais e acessórios (torneiras, registros, barras de apoio, ralos): quantitativos conforme planilha

6.8. Instalações Elétricas:

- Eletrodutos (PVC rígido, corrugado e galvanizado): mais de 1.400 metros lineares
- Cabos elétricos de cobre (2,5 mm² a 6 mm²): aproximadamente 4.700 metros lineares
- Caixas de passagem, interruptores e tomadas: mais de 400 unidades
- Luminárias e iluminação de emergência: mais de 30 unidades
- Sistema de aterramento e SPDA: 01 conjunto completo

6.9. Gases Medicinais:

- Tubulação em cobre para gases medicinais (DN 15 mm): 100 metros lineares
- Conexões (tês, cotovelos e luvas): 60 unidades



Ressalta-se que as quantidades acima refletem as grandezas físicas predominantes da obra, sendo que o detalhamento completo dos quantitativos encontra-se devidamente discriminado na Planilha Orçamentária Sintética, a qual integra o processo administrativo e servirá de base para a execução, medição e fiscalização contratual

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação para a Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, localizada na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM, foi elaborada com base no orçamento detalhado constante da Planilha Orçamentária Sintética, a partir dos quantitativos levantados em projeto e dos custos unitários obtidos em bases oficiais de referência, tais como SINAPI, ORSE, SBC, CPOS/CDHU, IOPES, SIURB e EMOP, observadas as respectivas datas-base indicadas no orçamento.

O valor estimado da contratação considera a aplicação do BDI – Bônus e Despesas Indiretas, fixado em 28,35%, contemplando, dentre outros componentes, as despesas indiretas, administração central e local, tributos, seguros, riscos e a remuneração do construtor, conforme metodologia adotada para obras públicas.

Dessa forma, o valor global estimado da contratação, já incluído o BDI, é de:

R\$ 1.998.905,41 (um milhão, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e cinco reais e quarenta e um centavos).

Ressalta-se que o valor estimado foi apurado de maneira criteriosa, compatível com os quantitativos previstos, a tipologia da UBS Porte I e os preços praticados no mercado, refletindo a real necessidade da Administração Pública para a execução integral do objeto, em observância aos princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento e eficiência. Eventuais variações de preços durante a execução contratual somente poderão ocorrer nos estritos limites legais, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, observância às normas aplicáveis e formalização por meio de instrumento próprio, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

“Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à conveniência e à viabilidade do parcelamento da contratação referente às obras de Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”.

Após avaliação técnica, conclui-se que não se mostra recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma global e integrada, pelos motivos a seguir expostos:

- a) A obra constitui um conjunto técnico indivisível, cujas etapas possuem interdependência construtiva e funcional, sendo a execução fragmentada suscetível

- a comprometer a compatibilidade entre os serviços, a qualidade final da edificação e o desempenho dos sistemas prediais;
- b) O parcelamento poderia gerar dificuldades de coordenação e gerenciamento, aumento dos riscos de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas, atrasos na execução e prejuízos ao cumprimento do cronograma físico-financeiro;
 - c) A execução por uma única empresa especializada, sob regime de empreitada por preço global, permite maior controle técnico, administrativo e financeiro, facilitando a fiscalização, a responsabilização e a garantia da qualidade dos serviços executados;
 - d) Do ponto de vista econômico, a contratação global tende a resultar em maior eficiência e economicidade, reduzindo custos indiretos, sobreposição de despesas administrativas e riscos de reajustes decorrentes de atrasos ou descontinuidade dos serviços;
 - e) O parcelamento não ampliaria, de forma significativa, a competitividade do certame, considerando que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional suficiente para executar integralmente obras de edificação pública do porte e da complexidade da UBS Porte I.

Dessa forma, conclui-se que a não divisão do objeto atende ao interesse público, assegura a eficiência da contratação, a qualidade da obra, a segurança jurídica do contrato e a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

“Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado e análise das contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias à adequada implantação da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, com vistas a assegurar a compatibilidade entre as soluções adotadas e a efetividade da contratação principal.

A contratação ora analisada refere-se exclusivamente à execução das obras civis e serviços de engenharia, abrangendo a construção completa da edificação, conforme projetos, especificações técnicas e escopo definido no presente ETP. Para a plena operacionalização da unidade de saúde, identificam-se, entretanto, contratações correlatas, a serem promovidas de forma posterior ou paralela, de acordo com o planejamento da Administração, destacando-se, entre outras:

- a) Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de apoio diagnóstico, necessários ao funcionamento assistencial da UBS, os quais não integram o escopo da obra civil;

- b) Aquisição de mobiliário, incluindo mesas, cadeiras, armários, bancadas, estantes e demais itens de apoio administrativo e assistencial;
- c) Contratação de serviços de manutenção predial e de sistemas, após a entrega definitiva da obra, quando aplicável;
- d) Eventual contratação de serviços especializados para implantação ou adequação de sistemas específicos não contemplados na obra, tais como tecnologia da informação, comunicação de dados e sistemas de gestão.

Ressalta-se que tais contratações possuem natureza distinta da obra de engenharia e, portanto, não devem ser integradas ao objeto da contratação principal, sob pena de comprometer a competitividade, a economicidade e a adequada definição do escopo, conforme as boas práticas de planejamento e gestão de contratações públicas.

Do ponto de vista técnico e econômico, a opção por contratações separadas para os itens correlatos mostra-se mais vantajosa, uma vez que permite especialização dos fornecedores, maior controle sobre a execução e adequação às necessidades específicas de cada objeto, sem prejuízo à execução da obra principal.

Conclui-se, assim, que a contratação da obra de construção da UBS Porte I não possui interdependência obrigatória com outras contratações que justifique sua agregação, sendo plenamente viável e recomendável sua execução de forma autônoma, observando-se o adequado planejamento das contratações correlatas para garantir a entrada em funcionamento da unidade de saúde após a conclusão da obra.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

“Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação referente à Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira” encontra-se alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da Administração Pública Municipal, estando compatível com as diretrizes e prioridades estabelecidas para o exercício.

A referida contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, quando elaborado, ou integra o planejamento setorial da Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com o Plano Municipal de Saúde, com as metas de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e com as políticas públicas voltadas à ampliação e qualificação da infraestrutura física da rede municipal de saúde.

O objeto da contratação também se harmoniza com o planejamento orçamentário, encontrando respaldo na Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como no Plano Plurianual – PPA, quando aplicável, garantindo a existência de dotação orçamentária específica e a viabilidade financeira para a execução da obra, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento e da responsabilidade fiscal.

Adicionalmente, a contratação está alinhada às políticas públicas federais de investimento em infraestrutura social, especialmente às ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, voltadas à ampliação da rede de unidades de saúde, reforçando a coerência entre o planejamento municipal e as diretrizes nacionais.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação da obra de construção da UBS Porte I não constitui ação isolada, mas integra um conjunto de ações planejadas e priorizadas pela Administração, assegurando coerência entre o planejamento institucional, a programação orçamentária e a execução da política pública de saúde, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS:

” Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.”

Com a contratação e execução das obras de Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, o Município de Careiro/AM pretende alcançar os seguintes resultados:

- a) Ampliação e qualificação da infraestrutura da Atenção Primária à Saúde, por meio da implantação de uma unidade moderna, funcional e adequada às diretrizes do Ministério da Saúde e da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB;
- b) Melhoria do acesso da população aos serviços de saúde, especialmente da população ribeirinha da região do Mamori, reduzindo deslocamentos, ampliando a cobertura assistencial e garantindo atendimento mais próximo, humanizado e resolutivo;
- c) Elevação da qualidade dos serviços prestados, com a disponibilização de ambientes adequados para acolhimento, consultas, procedimentos, imunização, saúde bucal e demais ações de atenção básica, assegurando melhores condições de atendimento aos usuários;
- d) Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, por meio de espaços adequados, seguros e compatíveis com as atividades desenvolvidas, contribuindo para maior eficiência, produtividade e satisfação das equipes;
- e) Adequação integral da unidade às normas técnicas, sanitárias e de acessibilidade, promovendo segurança, inclusão, conforto ambiental e conformidade com a legislação vigente;
- f) Redução de custos futuros de manutenção corretiva, em razão da implantação de edificação nova, com maior durabilidade, desempenho e vida útil, garantindo melhor relação custo-benefício ao longo do tempo;
- g) Fortalecimento da rede municipal de saúde e dos indicadores de Atenção Primária, contribuindo para a prevenção de agravos, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população atendida;

- h) Efetividade do investimento público, assegurando que os recursos aplicados resultem em benefícios concretos, mensuráveis e duradouros para a coletividade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, os resultados pretendidos refletem não apenas a entrega de uma obra física, mas a concretização de uma política pública essencial, voltada à melhoria contínua dos serviços de saúde e ao atendimento das necessidades atuais e futuras da população do Município de Careiro/AM.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

“Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.”

Para Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar, previamente à celebração do contrato referente à Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, as seguintes providências, com vistas a assegurar a adequada execução contratual, o controle efetivo da obra e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e planejamento:

- a) Conclusão, validação e aprovação dos projetos técnicos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, SPDA, acessibilidade e demais projetos complementares), bem como do memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- b) Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, com a devida reserva de dotação específica na Lei Orçamentária Anual – LOA, assegurando a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e demais instrumentos de planejamento;
- c) Designação formal do gestor do contrato e da equipe de fiscalização, composta por servidores ou empregados públicos com competência técnica compatível com o objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- d) Capacitação e/ou orientação dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, quando necessário, especialmente quanto às rotinas de acompanhamento de obras públicas, medições, controle de prazos, qualidade dos serviços e aplicação de sanções;
- e) Elaboração e aprovação do edital de licitação e de seus anexos, incluindo minuta de contrato, critérios de medição e pagamento, exigências de habilitação e garantias, em conformidade com a legislação vigente;
- f) Obtenção de licenças, autorizações e alvarás necessários, junto aos órgãos competentes, quando exigíveis, para o início da execução da obra;
- g) Definição dos procedimentos internos de fiscalização e comunicação, estabelecendo fluxos de informação entre a Administração, a fiscalização e a futura contratada, de modo a garantir eficiência, rastreabilidade e controle dos atos administrativos;

- h) Adequação do ambiente organizacional, quando necessário, para recebimento e acompanhamento da obra, incluindo a organização de arquivos, sistemas de controle e estrutura administrativa compatível com a gestão contratual.

A adoção dessas providências prévias é essencial para mitigar riscos, evitar atrasos, assegurar a correta execução do objeto e garantir que a contratação alcance os resultados pretendidos, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

“Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procede-se à identificação dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução das obras de Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, bem como das medidas mitigadoras a serem adotadas, visando à redução de impactos negativos e à promoção da sustentabilidade ambiental.

13.1. Possíveis Impactos Ambientais:

Durante a fase de execução da obra, poderão ocorrer, dentre outros, os seguintes impactos ambientais:

- a) Geração de resíduos da construção civil, tais como restos de concreto, argamassa, embalagens, madeiras, metais e resíduos de escavação;
- b) Consumo de recursos naturais, especialmente água, energia elétrica e materiais de construção;
- c) Emissão de poeira, ruídos e vibrações, decorrentes da movimentação de máquinas, equipamentos e execução de serviços;
- d) Risco de contaminação do solo e da água, em razão do manuseio inadequado de combustíveis, óleos, tintas e outros produtos químicos;
- e) Alterações temporárias no entorno, incluindo aumento do tráfego de veículos e interferências pontuais na paisagem local.

13.2. Medidas Mitigadoras e Práticas Sustentáveis:

Para minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

- a) Gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, priorizando a reutilização e reciclagem, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- b) Adoção de práticas de uso racional de recursos, incluindo controle do consumo de água e energia durante a execução da obra, bem como a utilização de equipamentos eficientes;

- c) Emprego de soluções construtivas que favoreçam a eficiência energética, tais como iluminação natural, ventilação adequada e sistemas de climatização eficientes, quando aplicável;
- d) Controle de poeira e ruídos, por meio de umedecimento de áreas, manutenção adequada de equipamentos e observância dos horários permitidos para execução de serviços;
- e) Armazenamento adequado de materiais e produtos químicos, evitando vazamentos e contaminações, com adoção de procedimentos de emergência em caso de acidentes;
- f) Logística reversa, quando aplicável, para destinação de embalagens, resíduos recicláveis e refugos, em atendimento às normas ambientais e às diretrizes de sustentabilidade;
- g) Capacitação e orientação dos trabalhadores quanto às boas práticas ambientais e ao cumprimento das normas de segurança e proteção ambiental.

A adoção das medidas mitigadoras descritas contribuirá para a redução dos impactos ambientais, o uso eficiente de recursos naturais e a sustentabilidade da obra, assegurando que a execução da contratação ocorra em conformidade com a legislação ambiental, os princípios da responsabilidade socioambiental e os objetivos do desenvolvimento sustentável, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

“Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Com base nas análises técnicas, econômicas, operacionais, ambientais e legais desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, declara-se viável a contratação para a execução das obras de Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I “Arthur Virgílio Nogueira”, a ser implantada na Comunidade do Brasil – Paraná do Mamori, no Município de Careiro/AM.

Restou demonstrado que a solução proposta atende de forma adequada à necessidade da Administração Pública, apresenta viabilidade técnica e operacional, compatibilidade com o planejamento institucional e orçamentário, conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aderência às diretrizes do Ministério da Saúde, da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB e às normas técnicas aplicáveis.

Verificou-se, ainda, que o valor estimado da contratação é compatível com os preços praticados no mercado, que os riscos identificados são controláveis mediante as medidas mitigadoras previstas e que a contratação contribuirá de forma significativa para a melhoria da infraestrutura da rede municipal de saúde, a qualificação dos serviços de Atenção Primária à Saúde e o atendimento ao interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida está adequadamente fundamentada, encontra-se devidamente justificada e recomendada para prosseguimento, podendo a Administração adotar as providências necessárias para a instauração do processo licitatório, nos termos da legislação aplicável.

Careiro/AM, 05 de dezembro de 2025

AURIMAR DO SOCORRO SIMÕES TAVARES

Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 781/2025

VANDREO G. AGUIAR BARROSO

Responsável Técnico
CREA/CAU: 951993/2023
ART/RRT: AM20240447421